



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Primeiro-Ministro:

Despacho:

Nomeia Ezequiel Agostinho Mavota para o cargo de Director do Gabinete de Informação.

Ministério das Obras Públicas e Habitação:

Diploma Ministerial n.º 142/2012:

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Águas (DNA).

PRIMEIRO-MINISTRO

Despacho

Ao abrigo do disposto no artigo 7 do Decreto Presidencial n.º 4/95, de 16 de Outubro, nomeio Ezequiel Agostinho Mavota para o cargo de Director do Gabinete de Informação.

Maputo, 11 de Abril de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Aires Bonifácio Baptista Ali*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Diploma Ministerial n.º 142/2012

de 11 de Julho

Havendo necessidade de estabelecer a organização e funcionamento da Direcção Nacional de Águas, ao abrigo do disposto no artigo 22 do Estatuto Orgânico do Ministério das Obras Públicas e Habitação, aprovado pela Resolução n.º 49/2010, de 31 de Dezembro, da Comissão Interministerial da Função Pública, determino:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Águas (DNA), em anexo ao presente diploma e dele fazendo parte integrante.

Art. 2. É revogado o Diploma Ministerial n.º 78/2001, de 23 de Maio.

Art. 3. O presente Diploma entra imediatamente em vigor.

O Ministro das Obras Públicas e Habitação, *Caldmél Filiane Mutemba*.

Regulamento Interno da Direcção Nacional de Águas

CAPÍTULO I

Natureza e funções

ARTIGO 1

Natureza

A Direcção Nacional de Águas, abreviadamente designada por DNA, é o órgão do Ministério das Obras Públicas e Habitação responsável pela promoção do uso e aproveitamento sustentável dos recursos hídricos, bem como pelo desenvolvimento de serviços de abastecimento de água e saneamento visando alcançar uma cobertura universal.

ARTIGO 2

Funções

São funções da Direcção Nacional de Águas:

- Propor a definição de políticas e estratégias de desenvolvimento e aproveitamento dos recursos hídricos, abastecimento de água potável e saneamento;
- Participar na elaboração da legislação sobre águas;
- Assegurar o acesso aos recursos hídricos das bacias hidrográficas internacionais;
- Fiscalizar o cumprimento da legislação sobre águas;
- Assegurar a implementação dos programas na área de abastecimento de água potável e saneamento;
- Assegurar o funcionamento dos Centros de Formação na área dos recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento.

CAPÍTULO II

Sistema orgânico

ARTIGO 3

Estrutura e Direcção

1. A Direcção Nacional de Águas tem a seguinte estrutura:

- Direcção;
- Departamento de Estudos Estratégicos (DEE);
- Departamento de Recursos Hídricos (DRH);
- Departamento de Obras Hidráulicas (DOH);

- e) Departamento de Rios Internacionais (DRI);
- f) Departamento de Água e Saneamento (DAS);
- g) Departamento de Planificação (DP);
- h) Departamento de Administração e Finanças (DAF);
- i) Repartição de Recursos Humanos (RRH).

2. A Direcção Nacional de Águas é dirigida por um Director Nacional, coadjuvado por um Director Nacional Adjunto.

3. O Director Nacional e o Director Nacional Adjunto são nomeados, em comissão de serviço, pelo Ministro que superintende a área de águas.

ARTIGO 4

Competências do Director Nacional

Compete ao Director Nacional

- a) Dirigir e orientar as actividades da Direcção;
- b) Fazer a gestão corrente dos recursos humanos afectos a Direcção;
- + c) Zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, políticas, estratégias e instruções em vigor;
- d) Assegurar a elaboração dos planos e programas do governo na área de águas e zelar pelo seu cumprimento;
- + e) Zelar pela implementação do Serviço Nacional de Arquivo do Estado (SNAE);
- f) Assegurar a definição de normas técnicas e metodologias a serem observadas em matérias relativas à gestão de recursos hídricos, abastecimento de água, saneamento e formação profissional e a sua implementação;
- g) Assegurar o funcionamento dos centros de formação na área dos recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento;
- h) Submeter à Direcção de Recursos Humanos propostas de planos de formação e capacitação dos funcionários afectos na Direcção Nacional de Águas;
- i) Coordenar e fiscalizar as actividades dos departamentos e repartições da Direcção;
- j) Produzir pareceres sobre assuntos relativos a área de águas e outros quando superiormente solicitado;
- k) Submeter a despacho os assuntos que careçam de decisão superior;
- l) Assegurar a elaboração e publicação dos relatórios periódicos do sector de águas;
- m) Colocar e movimentar os recursos humanos afectos a Direcção pelas respectivas áreas de trabalho;
- n) Assegurar a avaliação do desempenho dos funcionários e Agentes do Estado afectos a Direcção;
- o) Submeter para discussão e aprovação propostas de políticas e estratégias de desenvolvimento, uso e aproveitamento dos recursos hídricos e do abastecimento de água potável e saneamento.

ARTIGO 5

Competências do Director Nacional Adjunto

Compete ao Director Nacional Adjunto:

- a) Coadjuvar o Director Nacional na execução das funções que lhe são atribuídas;
- b) Exercer as funções que lhe forem confiadas ou delegadas pelo Director Nacional;
- c) Exercer outras funções que superiormente forem determinadas;

- d) Substituir o Director Nacional nas suas ausências ou impedimentos, desempenhando as funções que àquele competem.

ARTIGO 6

Departamento de Estudos Estratégicos

1. O Departamento de Estudos Estratégicos tem como funções:

- a) Elaborar planos estratégicos de longo prazo do desenvolvimento dos recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento, incluindo os instrumentos necessários à sua gestão sustentável;
- b) Propor a realização de investigação técnico-científica em coordenação com instituições afins, sobre recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento;
- c) Realizar estudos sobre matérias estratégicas da área de águas;
- d) Assegurar o intercâmbio com os centros de formação e pesquisa em recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento;
- e) Elaborar modelos de desenvolvimento e capacitação institucional na área de águas;
- f) Desenvolver e gerir o Centro de Documentação da área de águas;
- g) Preparar legislação, políticas e estratégias de desenvolvimento de recursos hídricos, abastecimento de água e saneamento, bem como assegurar a sua divulgação;
- h) Prestar assistência técnico-jurídica e elaborar pareceres sobre contratos, acordos e outros instrumentos legais;
- i) Assegurar que os acordos e outros instrumentos legais relativos às bacias internacionais estejam em harmonia com os objectivos do país e da região.

2. O Departamento de Estudos Estratégicos é dirigido por um Chefe de Departamento Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 7

Departamento de Recursos Hídricos

1. O Departamento de Recursos Hídricos tem como funções:

- a) Propor a definição de normas de conservação, zonas de protecção dos aquíferos e regulamentos de uso e aproveitamento de recursos hídricos, assim como garantir o seu cumprimento;
- b) Definir normas técnicas e metodológicas de gestão operacional com vista a garantir a correcta administração dos recursos hídricos;
- c) Planear, elaborar bem como promover a realização de estudos e projectos no âmbito dos recursos hídricos;
- d) Definir a metodologia de recolha de dados hidrológicos e hidrogeológicos, manter o registo actualizado e promover a disseminação da informação;
- e) Assegurar o equilíbrio ambiental, promovendo entre outras acções a adopção de normas de qualidade de água e garantir o seu cumprimento;
- f) Elaborar e manter actualizado o cadastro técnico nacional das utilizações de água;
- g) Definir as redes hidroclimatológicas especiais para os sistemas de aviso prévio de cheias e secas, e monitorar a sua operação em coordenação com outras instituições afins;

- h) Assegurar a consolidação das Administrações Regionais de Águas;
- i) Coordenar a realização de estudos e planos nacionais de desenvolvimento de recursos hídricos nas bacias hidrográficas;
- j) Manter actualizada a informação sobre o uso e aproveitamento dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas partilhadas;
- k) Definir e actualizar as taxas de uso e aproveitamento de recursos hídricos e monitorar a implementação.

2. O Departamento de Recursos Hídricos é dirigido por um Chefe de Departamento Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

3. No Departamento de Recursos Hídricos funcionam as seguintes Repartições:

- a) Repartição de Informação e Gestão Operacional de Recursos Hídricos;
- b) Repartição de Planeamento e Ambiente.

ARTIGO 8

Repartição de Informação e Gestão Operacional de Recursos Hídricos

1. A Repartição de informação e gestão operacional de recursos hídricos tem como funções:

- a) Elaborar as metodologias de gestão operacional dos recursos hídricos por forma a garantir a sua correcta administração;
- b) Elaborar a metodologia de recolha de dados hidrológicos e hidrogeológicos, manter o registo actualizado e promover a disseminação da informação;
- c) Elaborar e manter actualizado o cadastro técnico nacional de utilização de água;
- d) Desenvolver metodologias de registo de nível de serviço e de cobertura da rede hidroclimatológica;
- e) Definir as redes hidroclimatológicas especiais para os sistemas de aviso prévio de cheias e secas, e monitorar a sua operação em coordenação com outras instituições afins;
- f) Conceber e garantir a operacionalidade dos sistemas de aviso de cheias e eventos extremos;
- g) Desenvolver e implementar um sistema de gestão de informação geográfica de recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
- h) Assegurar e coordenar com as ARAs, a elaboração de relatório de desempenho e de actividade dos recursos hídricos;
- i) Prestar o apoio técnico para o funcionamento das ARAs e supervisionar o seu desempenho;
- j) Assegurar o desenvolvimento institucional das ARAs;
- k) Monitorar a implementação dos esquemas gerais e dos planos de bacias.

2. A Repartição de Gestão Operacional de Recursos Hídricos é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 9

Repartição de Planeamento e Ambiente

1. A Repartição de Planeamento e Ambiente tem como funções:

- a) Elaborar esquemas gerais de aproveitamento de recursos hídricos e planos de bacias hidrográficas e monitorar a sua implementação;

- b) Planear e elaborar projectos no âmbito dos recursos hídricos, garantindo a correcta participação do país na gestão conjunta das bacias partilhadas;
- c) Propor a adopção de normas de qualidade da água e monitorar o seu cumprimento;
- d) Prestar assessoria técnica ao Departamento de Rios Internacionais na elaboração e controlo da implementação dos planos de acção, resultantes dos acordos sobre a utilização conjunta dos recursos hídricos compartilhados;
- e) Fazer a avaliação do potencial hídrico subterrâneo do país;
- f) Emitir pareceres sobre a avaliação do impacto ambiental e social dos projectos de desenvolvimento socioeconómico do país, na área de águas e dos sectores afins.

2. A Repartição de Planeamento e Ambiente é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 10

Departamento de Obras Hidráulicas

1. O Departamento de Obras Hidráulicas tem como funções:

- a) Identificar e promover estudos para a construção de obras hidráulicas estratégicas;
- b) Elaborar projectos tipo de obras de pequena dimensão de retenção de água;
- c) Criar e manter actualizado um banco de dados de obras hidráulicas;
- d) Contribuir na definição e adopção de normas sobre projectos, construção e segurança de infra-estruturas hidráulicas;
- e) Elaborar modelos de gestão e de análise dos dados de exploração e observação das infra-estruturas hidráulicas;
- f) Manter informação sobre a inspecção, inventariação e registo de infra-estruturas hidráulicas;
- g) Elaborar propostas de acções de mobilização de financiamento para a construção de infra-estruturas hidráulicas.

2. O Departamento de Obras Hidráulicas é dirigido por um Chefe de Departamento Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 11

Departamento de Rios Internacionais

1. O Departamento de Rios Internacionais tem como funções:

- a) Propor a definição das linhas gerais sobre gestão dos rios internacionais;
- b) Coordenar com os Estados ribeirinhos o planeamento conjunto e harmonização das estratégias de desenvolvimento dos recursos hídricos das bacias hidrográficas;
- c) Preparar acordos de cooperação sobre os recursos hídricos compartilhados;
- d) Preparar os planos de monitoramento dos acordos sobre as bacias partilhadas;
- e) Contribuir para manter actualizada a informação sobre o uso e aproveitamento dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas partilhadas;
- f) Criar e manter uma base de dados relativa aos acordos internacionais e outros actos similares;

- g) Preparar a participação de Moçambique nas reuniões ou negociações sobre os rios internacionais;
- h) Assegurar o acesso a informação hidrológica das bacias hidrográficas internacionais.

2. O Departamento de Rios Internacionais é dirigido por um Chefe de Departamento Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 12

Departamento de Água e Saneamento

1. O Departamento de Água e Saneamento tem como funções:

- a) Planear e supervisionar as acções do abastecimento de água e de saneamento;
- b) Contribuir na definição de políticas e estratégias do abastecimento de água e saneamento;
- c) Contribuir na definição de modelos de gestão sustentável do abastecimento de água e saneamento;
- d) Contribuir na realização de investigação de técnicas afins de abastecimento de água potável e de saneamento para diferentes tipos de aglomerados populacionais;
- e) Monitorar as acções de abastecimento de água e saneamento;
- f) Criar e manter actualizado um subsistema de informação do abastecimento de água e saneamento com vista à facilitação da planificação;
- g) Desenvolver instrumentos para o envolvimento do sector privado e das organizações da sociedade civil nas actividades de abastecimento de água e saneamento;
- h) Monitorar o desenvolvimento do quadro da gestão delegada dos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- i) Realizar estudos de estrutura de custos dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento;
- j) Propor a definição de normas e regulamentos do abastecimento de água e saneamento e monitorar a sua implementação;
- k) Elaborar pareceres sobre estudos e projectos de abastecimento de água e saneamento.

2. O Departamento de Água e Saneamento é dirigido por um Chefe de Departamento Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

3. No Departamento de Água e Saneamento funcionam as seguintes repartições:

- a) Repartição de Abastecimento de Água;
- b) Repartição de Saneamento.

ARTIGO 13

Repartição de Abastecimento de Água

1. A Repartição de Abastecimento de Água tem como funções:

- a) Contribuir na definição de políticas e estratégias do abastecimento de água;
- b) Contribuir na definição de modelos de gestão sustentável do abastecimento de água;
- c) Contribuir na realização de investigação de técnicas afins de abastecimento de água potável para diferentes tipos de aglomerados populacionais;
- d) Monitorar as acções de abastecimento de água;
- e) Manter actualizado o subsistema de informação do abastecimento de água;

- f) Desenvolver instrumentos para o envolvimento do sector privado e das organizações da sociedade civil nas actividades de abastecimento de água;
- g) Monitorar o desenvolvimento do quadro da gestão delegada dos sistemas de abastecimento de água;
- h) Realizar estudos de estrutura de custos dos sistemas de abastecimento de água;
- i) Propor a definição de normas e regulamentos do abastecimento de água e monitorar a sua implementação;
- l) Elaborar pareceres sobre estudos e projectos na área de abastecimento de água.

2. A Repartição de Abastecimento de Água é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 14

Repartição de Saneamento

1. A Repartição de Saneamento tem como funções:

- a) Planear e supervisionar o desenvolvimento do saneamento e higiene no país;
- b) Contribuir na definição de políticas, estratégias de desenvolvimento do saneamento, bem como supervisionar a aplicação das mesmas;
- c) Propor medidas institucionais e os modelos de gestão sustentável de infra-estruturas de saneamento;
- d) Realizar estudos na área de saneamento;
- e) Propor a investigação de tecnologias e novas abordagens de saneamento para diferentes tipos de aglomerados populacionais;
- f) Contribuir para a adopção de normas e regulamentos sobre o saneamento e fiscalizar a aplicação das mesmas;
- g) Monitorar e avaliar a implementação das acções de saneamento no país;
- h) Apoiar os órgãos locais e autárquicos no exercício das suas competências no domínio de saneamento;
- i) Criar e manter actualizado o subsistema de informação com vista à facilitar a planificação e a avaliação do serviço de saneamento;
- j) Promover o envolvimento do sector privado e das organizações da sociedade civil nas actividades de saneamento;
- k) Promover a realização de actividades de educação de higiene a nível das escolas e comunidades;
- l) Promover a inventariação do património e serviços de saneamento, para melhor planificação do seu desenvolvimento;
- m) Elaborar pareceres sobre estudos e projectos da área de saneamento.

2. A Repartição de Saneamento é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 15

Departamento de Planificação

1. O Departamento de Planificação tem como funções:

- a) Preparar e coordenar o processo de planificação do sector de águas;
- b) Elaborar os planos de médio e longo prazo do sector de águas e monitorar a sua implementação;
- c) Monitorar a execução dos planos de investimentos e propor medidas correctivas;

- d) Monitorar a execução orçamental da Direcção Nacional de Águas;
- e) Recolher e tratar dados estatísticos relativos aos programas de investimentos;
- f) Assegurar o funcionamento do sistema nacional de informação do sector de águas;
- g) Elaborar os relatórios de desempenho da área de águas;
- h) Coordenar acções de mobilização de investimentos para o sector de águas;
- i) Assegurar a observância dos compromissos com os parceiros de desenvolvimento;
- j) Criar e manter actualizado o portal de Águas na internet.

2. O Departamento de Planificação é dirigido por um Chefe de Departamento Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

3. No Departamento de Planificação funcionam as seguintes repartições:

- a) Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação;
- b) Repartição de Orçamentação.

ARTIGO 16

Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação

1. A Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação tem como funções:

- a) Elaborar e coordenar o processo de planificação do sector de águas;
- b) Elaborar os planos na área de águas;
- c) Desenvolver modelos de planificação, monitoria e avaliação da área de águas;
- d) Monitorar e avaliar a implementação dos planos de investimentos e propor medidas correctivas;
- e) Operacionalizar o sistema de informação nacional de água e saneamento;
- f) Elaborar os relatórios de desempenho da área de águas;
- g) Coordenar acções de mobilização de investimentos para o sector de águas;
- h) Assegurar a observância dos compromissos com os parceiros de desenvolvimento;
- i) Criar e manter actualizado o portal de Águas na internet.

2. A Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 17

Repartição de Orçamentação

1. A Repartição de Orçamentação tem como funções:

- a) Coordenar o processo de elaboração dos Cenários Fiscais de Médio Prazo da área de águas;
- b) Coordenar o processo de preparação do Orçamento do Estado da área de águas;
- c) Fazer a cabimentação de verbas para os processos de licitação;
- d) Monitorar a execução orçamental dos fundos internos e externos;
- e) Elaborar relatórios da execução orçamental da área de águas.

2. A Repartição de Orçamentação é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 18

Departamento de Administração e Finanças

1. O Departamento de Administração e Finanças tem como funções:

- a) Elaborar, executar e controlar o Orçamento e fundos alocados a instituição, de acordo com as normas do SISTAFE;
- b) Participar na elaboração da Proposta do Orçamento da Instituição;
- c) Gerir e garantir a segurança, manutenção, utilização e conservação do património móvel e imóvel da Instituição;
- d) Elaborar os balancetes e relatórios de Prestação de Contas sobre a execução financeira e patrimonial da Instituição;
- e) Participar na preparação da conta de gerência;
- f) Orientar as acções de resposta das auditorias externas;
- g) Assegurar a aplicação das normas do Sistema Nacional do Arquivo do Estado.

2. O Departamento de Administração e Finanças é dirigido por um Chefe de Departamento Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

3. No Departamento de Administração e Finanças funcionam as seguintes repartições:

- a) Repartição de Finanças;
- b) Repartição de Administração e Património;
- c) Secretaria.

ARTIGO 19

Repartição de Finanças

1. A Repartição de Finanças tem como funções:

- a) Participar na elaboração do orçamento da instituição;
- b) Executar o orçamento e os fundos alocados a instituição;
- c) Garantir o cumprimento do SISTAFE;
- d) Elaborar os balancetes e relatórios de Prestação de Contas sobre a execução financeira e patrimonial da Instituição;
- e) Participar na preparação da conta de gerência;
- f) Orientar as acções de resposta das auditorias externas.

2. A Repartição de Finanças é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 20

Repartição de Administração e Património

1. A Repartição de Administração e Património tem como funções:

- a) Gerir e controlar o património adstrito à DNA;
- b) Assegurar a prestação de contas da execução patrimonial;
- c) Garantir a segurança, manutenção, utilização e conservação do património da instituição;
- d) Controlar os meios de transporte e garantir o transporte de pessoal;
- e) Assegurar a elaboração e actualização do inventário dos bens patrimoniais;
- f) Elaborar os planos de manutenção dos bens patrimoniais adstritos à DNA.

2. A Repartição de Administração e Património é dirigida por um Chefe de Repartição nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 21

Secretaria

1. A Secretaria tem como funções:
 - a) Assegurar a recepção e tramitação de todo o expediente da Direcção;
 - b) Observar os procedimentos para a recepção, circulação e expedição da correspondência;
 - c) Assegurar a aplicação das normas do Sistema Nacional do Arquivo do Estado;
 - d) Manter e assegurar o controlo do arquivo da correspondência da Direcção;
 - e) Realizar outras funções que lhe sejam atribuídas.
2. A Secretaria é dirigida por um Chefe de Secretaria nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

ARTIGO 22

Repartição de Recursos Humanos

1. A Repartição de Recursos Humanos tem como funções:
 - a) Zelar pelo cumprimento do EGFAE;
 - b) Zelar pelo cumprimento do SIGEDAP;
 - c) Participar na elaboração do Quadro de Pessoal do Ministério;
 - d) Assegurar a implementação das actividades no âmbito das estratégias de combate ao HIV-SIDA na Função Pública, Género na Função Pública, Pessoa Portadora de Deficiência e Anti-corrupção;
 - e) Manter actualizados os registos biográficos dos Funcionários e Agentes do Estado;
 - f) Efectuar o levantamento de necessidades de formação e propor programas específicos de treinamento na área de águas;
 - g) Emitir pareceres relativos aos recursos humanos afectos a Direcção;
 - h) Gerir a efectividade e assiduidade dos funcionários e agentes do Estado afectos na Direcção;
 - i) Realizar estudos colectivos sobre a legislação e outros documentos que se considerar pertinentes.
2. A Repartição de Recursos Humanos é dirigida por um Chefe de Repartição Central nomeado em comissão de serviço pelo Secretário Permanente.

CAPÍTULO III

Colectivos

ARTIGO 23

Colectivos

Na Direcção Nacional de Águas funcionam os seguintes Colectivos de Trabalho:

- a) Colectivo de Direcção;
- b) Conselho Técnico.

ARTIGO 24

Colectivo de Direcção

1. O Colectivo de Direcção é um órgão de consulta convocado e dirigido pelo Director Nacional, que tem por função assisti-lo nas questões relativas ao funcionamento da Direcção.
2. O Colectivo de Direcção é constituída pelos seguintes membros:

- a) Director Nacional;
- b) Director Nacional Adjunto;
- c) Chefes de Departamento;
- d) Chefe de Repartição de Recursos Humanos.

3. O Colectivo de Direcção reúne quinzenalmente em sessões ordinárias e extraordinariamente, quando convocado pelo Director Nacional.

4. O Director Nacional poderá, sempre que considerar necessário, convidar outros técnicos, a participarem nas sessões do Colectivo de Direcção.

ARTIGO 25

Conselho Técnico

1. O Conselho Técnico é um órgão consultivo convocado e dirigido pelo Director Nacional, a quem cabe analisar e dar parecer sobre questões técnicas específicas relativas a matérias da área de águas.

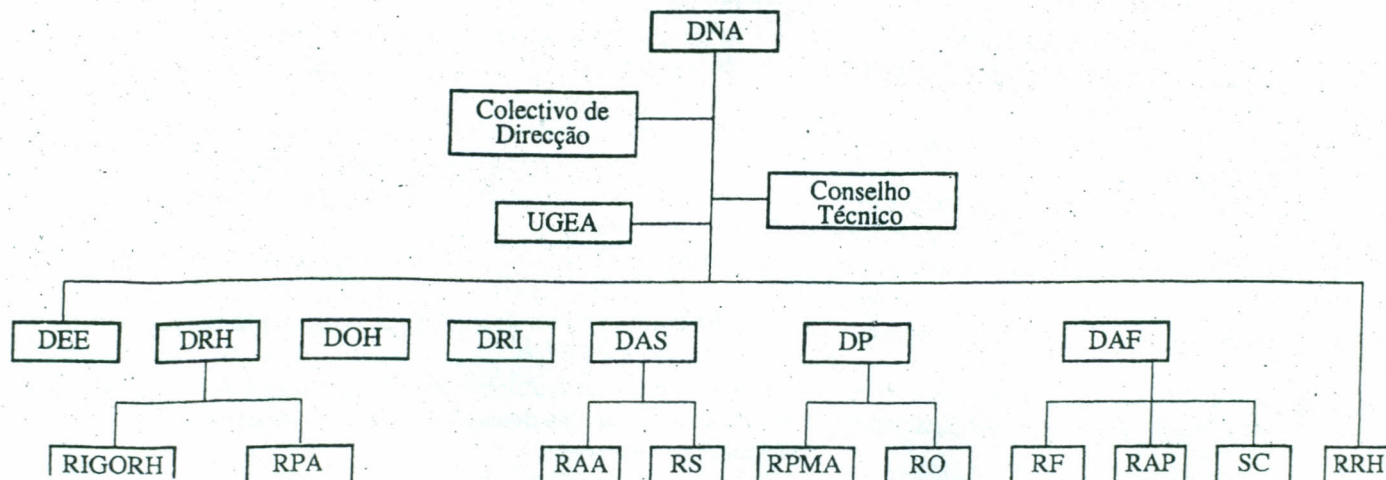
2. O Conselho Técnico é composto pelos seguintes membros:

- a) Director Nacional;
- b) Director Nacional Adjunto;
- c) Chefes de Departamento.

3. O Conselho Técnico reúne-se ordinariamente trimestralmente e extraordinariamente sempre que convocado pelo Director Nacional.

4. O Director Nacional poderá convidar para participar nas sessões do Conselho Técnico outros técnicos ou entidades, sempre que considere necessário.

**Direcção Nacional de Águas
Organigrama**



Departamentos (7): DEE – Departamento de Estudos Estratégicos; DRH – Departamento de Recursos hídricos; DOH – Departamento de Obras Hidráulicas; DRI – Departamento de Rios Internacionais; DAS – Departamento de Abastecimento de Água e Saneamento; DP – Departamento de Planificação e DAF – Departamento de Administração e Finanças.

Repartições (10) e Secretaria Central (1) RIGORH – Repartição de Informação e Gestão Operacional de Recursos Hídricos; RPA – Repartição de Planeamento e Ambiente;

RAA – Repartição de Abastecimento de Água; RS – Repartição de Saneamento; RPMA – Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação; RO – Repartição de Orçamentação; RF – Repartição de Finanças; RAP – Repartição de Administração e Património e RRH – Repartição de Recursos Humanos; SC – Secretaria Central.

Unidades Funcionais (1): UGEA – Unidade Gestora e Executora de Aquisições.

Preço — 9,40 MT